

## 5

### A identidade de uma narrativa historiográfica literária brasileira como meio científica e meio literária

Chegou-nos pela historiografia literária brasileira o poema *Cântico do Calvário*, de Luís Nicolau Fagundes Varela.<sup>263</sup> Geralmente é apresentado como um poema de memória de seu filho, morto aos três meses de idade, em 11 de dezembro de 1863. Recordemos um trecho:

*“Eras na vida a pomba predileta  
Que sobre um mar de angústias conduzia  
O ramo da esperança. - Eras a estrela  
Que entre as névoas do inverno cintilava  
Apontando o caminho ao pegureiro.  
Eras a messe de um dourado estio.  
Eras o idílio de um amor sublime.  
Eras a glória, - a inspiração, - a pátria,  
O porvir de teu pai! - Ah! no entanto,  
Pomba, - varou-te a flecha do destino!  
Astro, - engoliu-te o temporal do norte!  
Teto, caíste! - Crença, já não vives!”<sup>264</sup>*

É consenso de que este poema foi-lhe inspirado pela morte de seu filho, que morrera aos três meses. Em muitas historiografias literárias brasileiras lê-se o *Cântico do Calvário* como um acontecimento histórico na vida do autor. Qual seria a identidade narrativa deste poema? Uma leitura de Ricoeur... desde Ricoeur leva-nos a responder que a identidade narrativa de *Cântico do Calvário* é tensa: meio científica meio ficcional.

---

<sup>263</sup> Luís Nicolau Fagundes Varela nasceu em Rio Claro, no estado do Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1841 e morreu em Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1875. Foi um poeta e patrono na Acadêmica Brasileira de Letras. Filho do magistrado Emiliano Fagundes Varela e de Emília de Andrade, ambos de ricas famílias cariocas. Poeta romântico, casou-se muito jovem com Alice Guilhermina Luande. Teve um filho que veio a morrer aos três meses. Este fato inspirou-lhe o poema *Cântico do Calvário*.

<sup>264</sup> Obras completas de Fagundes Varela. *Cântico do Calvário*. Rio de Janeiro: Editora Zelio Valverde, 1943, volume II, pp. 39-44.

Igualmente chegou-nos pela historiografia literária brasileira a obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos.<sup>265</sup> Recordemos o trecho de sua chegada ao cárcere, no Rio de Janeiro:

*“Subimos uma escada, penetramos extensa galeria onde cárceres desembocavam. De quando em quando uma grade silenciosa se abria, algumas dezenas de companheiros mergulhavam na sombra, continuávamos a viagem. Na terceira ou quarta parada chegou a minha vez. A chave corre leve na fechadura, a porta de ferro se descerrou, achei-me num quadrângulo nu. Completa ausência de moveis. Tentei desembarcar-me do chapéu e da valise, mas o chão vermelho estava molhado. Fiquei de pé, conversando com os vizinhos, experimentando pouco mais ou menos uma sensação de embriaguez. Apesar da confusão, devia aparentar calma, pois o carcereiro me indicou, largou uma frase que me feriu como chicotada:*

*- Este parece um cadeieiro velho.*

*Estremeci:*

*- Hem?*

*- Entra como se estivesse em casa.*

*Cheio de vergonha, nada respondi, pois me faltavam elementos para refutar a opinião do homem. Se ele, observador profissional de delinqüentes, me via assim, teria lá as suas razões. Ponderei, extingui melindres, tinha motivo para escandalizar-me? Não. Eram duros casos, a observação podia ser considerada elogiosa. Consigo realmente ambientar-me depressa, acomodar-me às circunstâncias.”*<sup>266</sup>

Há consenso de que em *Memórias do Cárcere*, publicado postumamente em 1953, Graciliano Ramos descreve sua experiência no cárcere, onde permaneceu encarcerado, em 1936. Qual seria a identidade narrativa deste romance? Uma leitura de Ricoeur... desde Ricoeur leva-nos a responder que a identidade narrativa de *Memórias do Cárcere* é tensa: meio científica meio ficcional.

---

<sup>265</sup> Graciliano Ramos nasceu no dia 27 de outubro de 1892, na cidade de Quebrangulo, sertão de Alagoas, filho primogênito dos dezesseis que teriam seus pais, Sebastião Ramos de Oliveira e Maria Amélia Ferro Ramos. Viveu sua infância nas cidades de Viçosa, Palmeira dos Índios (AL) e Buíque (PE). Em março de 1936, acusado — sem que a acusação fosse formalizada — de ter conspirado no malsucedido levante comunista de novembro de 1935, é demitido, preso em Maceió e enviado a Recife, onde é embarcado com destino ao Rio de Janeiro no navio "Manaus", com outros 115 presos. O país estava sob a ditadura de Vargas e do poderoso coronel Filinto Müller. No período em que esteve preso no Rio, até janeiro de 1937, passou pelo Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, pela Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), voltou à Casa de Detenção e, por fim, pela Sala da Capela de Correção. Em janeiro de 1953, é internado na Casa de Saúde e Maternidade S. Vitor, onde vem a falecer, vitimado pelo câncer, no dia 20 de março. É publicado o livro "*Memórias do cárcere*", que Graciliano não chegou a concluir, tendo ficado sem o capítulo final.

<sup>266</sup> RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 6.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Livraria Martins, 1970, volume I, pp. 162–163.

Uma leitura de Ricoeur... desde Ricoeur leva-nos a dizer que tanto o poema *Cântico do Calvário* quanto o romance *Memórias do Cárcere* são intrigas, e, como tal, se inserem no modelo de tríplice *mimese* ricoeuriano: procede do agir humano, com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade – segundo Paul Ricoeur, “a literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura.”<sup>267</sup> Assim sendo, tanto o poema *Cântico do Calvário* quanto o romance *Memórias do Cárcere* são modos narrativos distintos de nossa historicidade – (*mimese* I), inscreve-se no tempo pela historiografia (*mimese* II) e contribui para a refiguração da experiência temporal (*mimese* III).

Conforme se lê no decorrer de nossa investigação, nossa defesa é de que a *dialética da representância* pode ser estendida à identidade narrativa de uma historiografia literária. Esta é a hipótese que nos motivou nesta pesquisa, a saber, que a *categoria da representância* com que Paul Ricoeur nomeia a identidade narrativa da historiografia responde ao problema de identidade narrativa da historiografia literária. Assim sendo, devemos, pois, fazer chegar a seu termo nossa hipótese. Impõe-se-nos corroborar nossa proposição e estudar a extensão da *categoria da representância* à representação histórica de uma historiografia literária brasileira. Nossa estratégia redacional não se diferirá do capítulo anterior: primeiro, apresentaremos alguns ancoradores de uma historiografia literária (*mimese* I), como fase documentária; segundo, a intencionalidade historiográfica de algumas obras que testemunham a composição textual historiográfica literária brasileira (*mimese* II), como fase explicativa/compreensiva; e, precedendo nossa conclusão capitular, a *dialética da representância* identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira (*mimese* III).

## 5.1. Os ancoradores da historiografia literária

A primeira fase do historiógrafo literário é a fase de prova documentária, a qual chamamos fontes de pesquisa os objetos de prova documentária do historiógrafo literário. Concordamos com Érico Veríssimo, estudioso de nossa literatura brasileira do início do século passado, ao escrever em sua introdução de

---

<sup>267</sup> *TNI*, p. 101.

*História da literatura brasileira*<sup>268</sup>, que a história da literatura brasileira é a história do que da atividade literária sobrevive na memória coletiva da nação. Assim chega a afirmar:

“os elementos biográficos, necessários à melhor compreensão do autor e da sua época literária, como os outros dados cronológicos, são da maior importância para bem situar nestas obras e autores e indicar-lhes a ação e reação. A história literária deve, porém, antes ser a história daquelas do que destes. Obras e não livros, movimentos e manifestações literárias sérias e conseqüentes, e não modas e rodas literárias, eiva das literaturas contemporâneas, são a meu ver o imediato objeto da história da literatura. Um livro pode constituir uma obra, vinte podem não fazê-la. São obras e não livros, escritores e não meros autores que fazem e ilustram uma literatura.”<sup>269</sup>

Nesta sua assertiva, percebemos que o ponto de partida para sua historiografia literária foram elementos biográficos e cronológicos e obras como fontes de pesquisa para historiografia, ou seja, foram os ancoradores da memória literária. Concordamos da mesma forma com René Wellek que, ao tratar da metodologia dos estudos literários, em *O ordenamento e o estabelecimento dos testemunhos*<sup>270</sup>, afirma que uma das primeiras tarefas do estudo acadêmico é a montagem de seus materiais, o exame quanto à autoria, autenticidade e data. Neste estudo, René Wellek trata dos processos preliminares dos estudos acadêmicos. Segundo ele, uma das primeiras tarefas da operação historiográfica literária é a fase preliminar de documentação.

Como bem notou Heron de Alencar, os estudos literários sistemáticos e regulares de caráter histórico e biográfico da historiografia literária brasileira cresceram a partir de metade do século XXI. Até então, eram praticamente três as obras historiográficas literárias brasileiras: *História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero; *História da literatura, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, de Érico Veríssimo; e *Pequena história da literatura brasileira*, de

---

<sup>268</sup> VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 4.ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

<sup>269</sup> Idem, p.33.

<sup>270</sup> WELLEK, René & WARREN, Austin. *Teoria da literatura e metodologia dos estudos literários*. Tradução de Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 61. Aplicando-se as três fases da operação historiográfica, segundo Paul Ricoeur, fase documentária, fase explicativa/compreensiva e fase representativa, toda a obra constituiria a fase explicativa/compreensiva: na parte um, estudam-se definições e distinções referentes ao fenômeno literário; na parte dois, as operações preliminares aos estudos literários; nas partes três e quatro, as abordagens extrínseca e intrínseca, concomitantemente.

Ronald Carvalho.<sup>271</sup> A partir de 1950, novas historiografias começam a ser publicadas: *História da literatura brasileira, seus fundamentos econômicos*, de Nelson Werneck Sodré; *A literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho; *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*, de Antônio Candido; e outros.<sup>272</sup>

Nota-se que a ambição do historiógrafo literário é reconstruir, doravante, o passado do fenômeno literário, e, para isso, recorre às várias fontes de pesquisa: enciclopédias, periódicos, boletins e catálogos bibliográficos, histórias literárias gerais e regionais, livros dos autores e sobre eles, bibliotecas particulares e públicas, antologias gerais e regionais, arquivos, instituições literárias, sites de *internet*, testemunhas, dicionários, museus, memória científica nas universidades e instituições de pesquisa, sociedades e institutos de pesquisas, memoriais e centros de documentação e informação, e outros.<sup>273</sup>

---

<sup>271</sup> ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, 5 volumes; VERISSIMO, Érico. *História da literatura, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916; Rio de Janeiro: José Olympio, 1954; CARVALHO, Ronald. *Pequena história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1919.

<sup>272</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira, seus fundamentos econômicos*. 3.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960; COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul América e São José, 1955, 3 volumes; CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1959, 2 volumes.

<sup>273</sup> *Anuário de poetas do Brasil*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1977, 1.<sup>o</sup> volume; 1984, 2.<sup>o</sup> volume; 1980, 3.<sup>o</sup> volume; *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005; MORAES, Marcos Antônio de. *Correspondência Mário de Andrade e Manuel Bandeira*. São Paulo: Edusp, 2000, 1.<sup>o</sup> volume; MARTINS, Wilson. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo: Departamento de cultura, 1952; BRUNEL, Pierre. *Dicionário de mitos literários*. Tradução de Carlos Sussekine e outros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997; COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de literatura infantil e juvenil brasileira*. 4.<sup>a</sup> edição. São Paulo: Edusp, 1955; MATOS, A. Campos. *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz*. Lisboa: Caminho, 2000, 2 volumes; PEIXOTO, Afrânio & PINTO, Pedro A. *Dicionário d'Os lusitadas de Luis de Camões*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924; REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de narratologia*. 5.<sup>a</sup> edição. Coimbra: Livraria Almeida, 1996; SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Tradução de Cardigos dos Reis. Lisboa: Dom Quixote, 1978; ALMEIDA, Átila Augusto F. de & SOBRINHO, José Alves. *Dicionário bio-bibliográfico de repentista e poetas de bancada*. João Pessoa: Universitária; Campina Grande: Centro de Ciências e Tecnologia, 1978; *Autores brasileiros – bibliográficos (1.<sup>a</sup> parte)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1998; *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto histórico e geográfico brasileiro, 1991, volume 1; *Dicionário bibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto histórico e geográfico brasileiro, 1992, volume 2; SOBRINHO, J. F. Velho. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937 – 40, 2 volumes; *Dicionário histórico-biográfico brasileiro – pós 1930*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: FGV, 2001, 5 volumes; *Dicionário histórico, geográfico e ethnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922, 1.<sup>o</sup> volume; *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930 – 1983)*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1984, volume 1; COELHO, Jacinto do Prado, AMORA, Antonio Soares & CAL, Ernesto Guerra da. *Dicionário de literatura – literatura brasileira, literatura portuguesa, literatura galega, estilística literária*. Rio de Janeiro: GB – Companhia Brasileira de Publicações, 1963, volumes 1 e 2; MENEZES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 1969, 2 volumes; MENEZES, Raimundo de.

Caso se queira, por exemplo, uma definição de literatura e uma classificação de obras e autores literários, um historiógrafo poderá recorrer a *Enciclopédia de Literatura Brasileira*.<sup>274</sup> Tal enciclopédia é uma fonte considerável de pesquisa para um historiógrafo literário brasileiro, visto que os objetivos dos autores foram, primeiro, fazer um inventário do conhecimento atual acerca de literatura brasileira, isto é, épocas, autores, obras, assuntos; segundo, indicar os meios (documentos, edições, trabalhos, fontes, estudos críticos e histórias) para adquirir e levar adiante tal conhecimento; e, terceiro, situar o estado atual de questões de doutrinas literárias, servindo como ponto de partida na história das teorias críticas e historiográficas. Neste sentido, a enciclopédia compõe-se de uma enorme listagem bibliográfica: histórias gerais da literatura brasileira, histórias regionais, antologias, trabalhos sobre gêneros e épocas, dicionários, monografias, bibliotecas, museus, inventário de escritores, de críticos, de historiadores, de filósofos, de jornalistas e de cientistas ligados à literatura, verbetes referentes aos autores, às obras, aos assuntos, aos personagens, aos pseudônimos, às escolas, aos movimentos, aos termos, aos periódicos, às instituições e outras.

## 5.2. Historiografia literária como composição textual

Um difuso sistema literário situado em contextos culturais, sociais e geopolíticos específicos e historicamente circunscritos impõe à crítica literária que

---

*Dicionário literário brasileiro*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro, São Paulo: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1978; AGUIAR, Pinto de. *Contos regionais brasileiros*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Progresso, s/d; JUBE, Antônio Geraldo Ramos. *Síntese da história literária de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1978; LINHARES, Mário. *História literária do Ceará*. Rio de Janeiro: Federação das academias de letras do Brasil, 1948, 1.<sup>o</sup> tomo; MARTINS, Mário Ribeiro. *Dicionário biobibliográfico de Goiás*. Rio de Janeiro: Máster, 1999; SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria: Livraria do Globo, 1924; *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Enciclopédia Limitada, s/d, volume III; FERREIRA, Nadir Duarte (org). *Catálogo do arquivo particular do Visconde do Rio Branco*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981, volume 9; *Inventário do Arquivo de Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, volume 3; *Inventário do Arquivo de Clarice Lispector*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994, volume 5; *Inventário do Arquivo de Carlos Drummond de Andrade*. 2.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, volume 6; *Inventário do Arquivo de Vinicius de Moraes*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999, volume 7; *Repertório do Arquivo de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

<sup>274</sup> COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001, volumes 1 e 2, p. 25.

quaisquer abordagens da historiografia literária estejam de acordo metodológica, epistemológica e sistematicamente com perspectivas culturais, políticas, sociológicas, científicas, filosóficas e devidamente circunscritas. O fenômeno literário é tratado na literatura mais recente sob vários enfoques temáticos e metodológicos. Um historiador literário estrutura sua conceptualização metódica e sistematicamente. Toda historiografia é objetivante, e, por isso, adota um ponto de vista determinado. Cada ponto de vista produz um método. O método é a estrita ligação do observador investigador, do historiógrafo, como o ponto de vista adotado. Assim, o rigor de uma historiografia consiste na escolha *a priori* de um ponto de vista determinado, capaz de abstrair (separar o material que é relevante para o ponto de vista estudado, adotado) e selecionar o material a ser pesquisado cientificamente. Novas concepções de história literária se imbricam.<sup>275</sup>

Consideremos Antônio Cândido e Afrânio Coutinho e Siegfried J. Schmidt, autores que se pautaram em modelo reconstrutivista e em modelo construtivista. Em ambos, o problema da definição e dos caracteres de literatura são postos. Ligados aos modelos reconstrutivistas, estão Antônio Cândido e Afrânio Coutinho: no primeiro, a concepção de historiografia literária se identifica com a formação político-histórico (período colonial e período nacional); no segundo, a concepção historiográfica literária se identifica com os estilos artísticos que tiveram representação no Brasil. Ligado ao modelo construtivista, está Siegfried J. Schmidt.

### 5.2.1. O princípio de reconstrução da historiografia literária

No livro *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750 – 1880)*, Antônio Cândido procura apresentar a literatura brasileira nas fases formativas. Referindo-se à literatura brasileira, escreveu:

*“ninguém, além de nós, poderá dar vida a essas tentativas, muitas vezes débeis, outras vezes forte, sempre tocantes, em que os homens do passado, no fundo de uma terra inculca, em meio a uma aclimação penosa da cultura européia, procuravam estilizar para nós, seus descendentes, os sentimentos que experimentavam, as observações que faziam, dos quais se formaram os nossos.*

<sup>275</sup> BURKE, Peter. *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, pp. 7-37; LEGOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 65-96, 153-176, 216-240; VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1983, pp. 27-45.

[...] *lidas com discernimento, revivem na nossa experiência, dando em compensação a inteligência e o sentimento das aventuras do espírito.*”<sup>276</sup>

Embora o livro seja, sobretudo, um estudo de obras, Antônio Cândido reconhece que há várias maneiras de encarnar e de estudar a literatura:

*“suponhamos que, para se configurar plenamente como sistema articulado, ela dependa da existência do triângulo ‘autor-obra-público’, em interação dinâmica, e de uma certa continuidade da tradição. Sendo assim, a brasileira não nasce, é claro, mas se configura no decorrer do século XVIII...”*<sup>277</sup>

Nesta sua afirmativa, há vários pressupostos: primeiro, que a literatura brasileira se configura no decorrer do século XVIII, incorporando o processo formativo, que vinha antes e continua depois; segundo, que os períodos Arcadismo e Romantismo estão separados quanto a atitude estética, estão próximos quanto à vocação histórica; terceiro, que sua atitude metodológica é histórica e estética ao mesmo tempo; quarto, que o movimento arcádico, em vez de ser uma forma de desvio da atividade literária, foi ajustada à constituição da nossa literatura; e, quinto, sua concepção de literatura é de literatura como *interessada*. É toda voltada para a construção duma cultura válida no país:

*“Quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração nacional.[...] A literatura do Brasil ... é marcada por este compromisso com a vida nacional em seu conjunto, circunstância que inexistente nas literaturas dos países de velha cultura.”*<sup>278</sup>

Quando Antonio Candido diz que a produção literária constitui um “sistema” junto com a mídia e o público receptor, significa dizer que a língua e a literatura são estreitamente ligadas à sociedade e, por isso, refletem as transformações que nesta época ocorrem. Assim, a produção literária está estreitamente ligada ao estado da sociedade e cada nação segrega uma literatura adequada ao seu povo. Como dizia Magalhães, a literatura é expressão de um povo e, por isso, cada povo tem sua literatura própria como cada homem seu caráter particular e cada árvore seu fruto específico.

---

<sup>276</sup> CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750–1880)*. 10.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 12.

<sup>277</sup> Idem, pp. 17–18.

<sup>278</sup> Ibidem, p. 20

Por isso, compreende-se que a literatura reflete o processo de transformação de uma sociedade, o que representa seu próprio processo de consolidação enquanto uma literatura nacional que retrata a expressão desta sociedade. Deste ponto de vista, literatura e sociedade estão imbricados. O exercício é compreender como o processo de transformação política e social do país refletia-se no processo de consolidação da literatura brasileira enquanto uma literatura genuinamente nacional. Como há sempre um tema central que define épocas e exprime as características de um povo, o Romantismo surge no Brasil como o símbolo do nacionalismo. Isso é natural se pensarmos o contexto no qual ele se desenvolve: época da independência do país. Deste modo, pode-se dizer que o Romantismo brasileiro nasce das possibilidades que surgem com a Independência política e suas conseqüências sócio-culturais: o novo público leitor, as instituições universitárias e, acima de tudo, o nacionalismo ufanista que surge no país, após 1822, do qual os escritores são os principais intérpretes. Segundo Antônio Cândido, foi graças ao Romantismo que a literatura brasileira pôde se adequar ao presente, ou seja, a essa nova “etapa” que se apresentava ao Brasil. Isso porque o espírito novo da neo-pátria impregnou a literatura fazendo com que se desenvolvesse nela um intuito patriótico. Logo, durante todo o Romantismo no Brasil, houve esse senso de dever patriótico. Os românticos acreditavam que sua atitude intelectual era uma tarefa patriótica na construção do nacional. Essa “visão patriótica”, esse deslumbramento com o “novo mundo” fica bem evidente nos poemas de Gonçalves Dias e de Castro Alves.

No verbete literatura da *Enciclopédia de Literatura Brasileira*<sup>279</sup> se lê que a literatura brasileira compreende o conjunto das obras literárias produzidas no Brasil em língua portuguesa desde os tempos coloniais.<sup>280</sup> A mesma enciclopédia que serve de ancoragem, obedece a um cânon de literatura:

*“obedece a obra a um conceito poético ou estético da Literatura. A sua concepção é de que a Literatura é uma arte – a arte da palavra –, palavra esta que adquire por um tratamento especial de artifícios retóricos, poéticos e estilísticos – uma dimensão nova, transformando-a numa linguagem literária que transcende a língua padrão e ganha um ‘sentido’ próprio. Ela é a produção da imaginação criadora, e não de inteligência reflexiva e lógica, excluindo de seu*

---

<sup>279</sup> COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. São Paulo: Global, 2001.

<sup>280</sup> *Idem*, p. 59.

*âmbito atividades como o jornalismo, a didática, a filosofia, a história, as ciências sociais e exatas.*”<sup>281</sup>

A enciclopédia inclui apenas aquilo que é próprio da produção literária, os gêneros que têm natureza literária específica: lirismos, sonetos, hinos, fábulas, anedotas, sermões, diários, máximas, pensamentos, discursos, monólogos, fantasias, romances, contos, poesias, ensaios, memórias, cartas literárias, crônicas, novelas, epopéias, críticas, histórias literárias.<sup>282</sup>

Em sua introdução geral da obra *A literatura no Brasil*<sup>283</sup>, o crítico Afrânio Coutinho defende que, se por um lado, uma concepção historicista e sociológica da literatura, tal como em Sílvio Romero, em José Veríssimo, em Ronald de Carvalho, em Artur Mota, em Afrânio Peixoto<sup>284</sup>, consolidou o estudo sistemático da literatura brasileira, por outro lado, tal concepção da historiografia literária subordinou o fenômeno literário a processos políticos. Sua proposta de historiografia é de uma descrição do processo evolutivo como integração dos estilos artísticos.<sup>285</sup> Trata-se de uma concepção de periodologia estilística.

<sup>281</sup> Ibidem, pp. 23–24.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>283</sup> COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955, volume I, Tomo I.

<sup>284</sup> Idem, pp. 39–40: “*De Wolf: (5 períodos) do descobrimento até o fim do século XVII; 1.ª metade do século XVIII; 2.ª metade; até 1840; de 1840 a 1863. De Fernandes Pinheiro: fase de formação (século XVI e XVII), fase de desenvolvimento (século XVIII), reforma (século XIX). De Sílvio Romero: período de formação (1500–1750); período de desenvolvimento autônomo (1750 – 1830); período de transformação romântica (1830–1870); período de reação crítica (1870 em diante). Esse plano foi posteriormente modificado para: período de formação (1592 – 1768); período de desenvolvimento autônomo (1768–1836); período de reação romântica (1836 – 1875); período de reação crítico-naturalista (1875–1893 ou 1900). Não fica aí Sílvio, e no mesmo prefácio da 2.ª edição sugere outra divisão: período clássico (1549–1836); período romântico (1836 – 1870); período de anti-romântico (1870–1900). Uma 4.ª classificação ainda parece possível a Sílvio: período clássico (1592–1792); período de transformações ulteriores (1792...).* De José Veríssimo: período colonial e período nacional, com um estágio de transição (1769–1795) [...] De Ronald de Carvalho: depois da inevitável introdução sociológica... períodos de formação (1500–1756), de transformação (1750–1830), autônomo (1830–1925). De Artur Mota: (introdução sociológica), época de formação (4 períodos: embrionário, de elaboração, de iniciação, de diferenciação), até Gregório de Matos; época de transformação (4 períodos: mineiro, patriótico, religioso, de transição); época de expansão autônoma: Romantismo (emancipação literária, 1836; fase religiosa, indianismo, cepticismo, nacionalismo concreto, poesia patriótica, condoreiros); época de expansão autônoma: Realismo (reação anti-romântica da poesia científica e social, naturalismo, psicologismo, parnasianismo, simbolismo, futurismo). Afirma que nesta divisão estão conciliados o método cronológico com classificação lógica exigida por Taine e outros. De Afrânio Peixoto: literatura colonial (de imitação da Metrópole, em fases: Classicismo, Cultismo, Arcadismo); literatura reacionária (reação contra a Metrópole: nativismo político e literário, idealização do selvagem); literatura emancipada (problemas nacionais: abolição, guerra, república, posse dos sertões, regionalismo); influências estrangeiras (européias: Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo), (americanas e outros).”

<sup>285</sup> Ibidem, p. 42.

O crítico Afrânio Coutinho é contrário à idéia de que a literatura exercia uma função cívica como força de expressão nacionalista. Segundo ele,

*“a autonomia literária, todavia, escapa à explicação em termos políticos. É antes de natureza estética (...) Esse caráter estético, essa busca de auto-expressão literária, esse desenvolvimento da autoconsciência do gênio literário brasileiro, terão que ser seguidos nos elementos literários e nas formas, cuja evolução testemunha aquela caminhada.”*<sup>286</sup>

A partir de Afrânio Coutinho, a historiografia literária brasileira deve investigar na literatura não os reflexos da autonomia política e da formação da consciência nacional, mas deve investigar a autonomia das formas, a evolução da ficção, do poema, do drama, do ensaio, sua estrutura e temática. Algumas características na evolução da literatura são apontadas por ele: predomínio do lirismo; exaltação da natureza, da vida e do homem locais; ausência da tradição: cada nova geração procura formar-se negando a continuidade; alienação do escritor: o homem de letras sente-se separado dos predecessores e contemporâneos; divórcio com o povo; ausência de consciência técnica; culto da improvisação e fé no espontâneo e na arte natural; literatura e política caminham confundidas (independência, abolição, guerras, republica); imitação e originalidade: literatura de transplante europeu; metrópole e província: regionalismo brasileiro é uma busca de símbolos representativos da experiência nacional.

*A literatura no Brasil* obedece, pois, a um conceito de literatura, que é uma arte da palavra, um produto da imaginação criadora. Logo, a historiografia literária é a história dessa arte. Composta de três partes, toda obra está organizada a partir de sua concepção de literatura: na primeira, trata-se do estudo dos problemas culturais com suas relações com o fenômeno literário; na segunda, estudam-se os diversos estilos desenvolvidos no Brasil – Barroco, Neoclassicismo, Arcadismo, Romantismo, Realismo, Naturalismo, Parnasianismo, Simbolismo, Impressionismo, Modernismo –; e, na terceira, estudam-se temas ou formas isoladas, como ensaísmo, crítica, oratória. A finalidade da literatura, para Afrânio Coutinho, é despertar no leitor ou no ouvinte o prazer estético. Igualmente, a finalidade da historiografia literária é o estudo das

---

<sup>286</sup> Ibidem, p. 50.

obras literárias como monumentos artísticos a serem compreendidos e valorados e classificados em si: “à história literária não cumpre investigar o ambiente histórico-social em que surgiram as obras.”<sup>287</sup>

Outras obras testemunham esse espaço metodológico definido pelo historiador. Um primeiro exemplo é a obra *Introdução ao estudo da literatura*, de Álvaro Cardoso Gomes e Carlos Alberto Vechi<sup>288</sup>, na qual se oferecem didática e pedagogicamente, primeiro, uma visão sincrônica e diacrônica da natureza e da estrutura do fenômeno literário, segundo, uma abordagem do texto literário e sua aplicação na análise do texto poético e do texto prosaico a partir da teoria do processo de comunicação de Roman Jackson. Outra ainda é a obra *História da literatura brasileira, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, de Érico Veríssimo.<sup>289</sup> Em sua introdução, ele chega a afirmar que as duas únicas divisões que legitimam o desenvolvimento da história brasileira são as mesmas da história do povo: período colonial e período nacional.

Tanto na obra de *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750 – 1880)*, de Antônio Candido, com seu método histórico-estético, quanto a obra *A literatura no Brasil*, de Afrânio Coutinho, com seu método estético-literário, pressupõem o caráter histórico do fenômeno literário. Dado o olhar interpretativo de cada um e os devidos métodos de estudo, as respectivas historiografias diferem quanto às suas abordagens. Todavia, ambos se nos apresentam como historiadores que adotaram modelos reconstrutivistas.

Um outro modo de pensar o fenômeno literário tem tido receptividade em universidades brasileiras. Trata-se do princípio de construtividade de Siegfried J. Schmidt.

## 5.2.2. O princípio de construção da historiografia literária

A tese construtivista do teórico alemão Siegfried J. Schmidt de que as histórias literárias são construções e a tarefa do historiador é construtiva do

---

<sup>287</sup> Ibidem, pp. 72–73.

<sup>288</sup> GOMES, Álvaro Cardoso & VECHI, Carlos Alberto. *Introdução ao estudo da literatura*. São Paulo: Editora Atlas, 1991.

<sup>289</sup> VERISSIMO, Érico. *História da literatura, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. 3.<sup>a</sup> edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916; Rio de Janeiro: José Olympio, 1954, p. 25.

começo ao fim tem tido recepção em estudos universitários. Ele sugere uma teoria da ação comunicativa literária, na qual se reconhece explicitamente o princípio de construtividade das histórias literárias. A literatura é como um sistema social que organiza os processos literários, os meios de comunicação – dispositivos intersubjetivos –, determina as condições de produção e recepção e de sua aplicação. A teoria de ação comunicativa literária é constituída pelas teorias de ações literárias de produção, teoria de ações literárias de mediação, teoria de ações literárias de recepção e teoria de ações literárias de aplicação. Siegfried J. Schmidt propõe uma concepção de ciência da literatura empírica.<sup>290</sup>

O artigo em que tece sua reflexão de ordem epistemológica sobre os fundamentos da escrita de histórias literárias é *Sobre a escrita de histórias de literatura. Observações de um ponto de vista construtivista*.<sup>291</sup> Schmidt reconhece que os problemas básicos – tais como conceitos de literatura, teoria, método, realidade – da historiografia literária são de ordem epistemológica. Trata-se da construtividade dos conceitos para compreender a historicidade da literatura, que causa todas as orientações, operações e combinações cognitivas em relação a teorias: cada definição construída produz tipos de histórias literárias bastantes diferentes.<sup>292</sup>

Siegfried J. Schmidt reconhece alguns problemas básicos da escrita de história de literatura como de problemas de ordem epistemológica e de ordem metodológica. Os problemas de ordem epistemológica dizem respeito, primeiro, ao fato de que toda investigação se apóia sobre conceitos, segundo, ao fato de que os textos literários são sempre itens interpretados e avaliados e não fatos dados objetivamente, e, terceiro, ao fato de que a concatenação dos dados em unidades coerentes, tais como períodos, épocas, gêneros, são construções que dependem de conceitos. Os problemas de ordem epistemológico-metodológica dizem respeito, primeiro, quanto ao tipo de representação, segundo, ao problema da busca de padrões científicos, terceiro, à mediação entre literatura e sociedade, quarto, ao problema de reconhecimento e legitimação aceitável das histórias literárias, e, quinto, ao problema do papel da interpretação nas histórias literárias.

---

<sup>290</sup> OLINTO, Heidrun Krieger. *Sobre a escrita de histórias de literatura. Observações de um ponto de vista construtivista*. In *Histórias de literatura*. São Paulo: Ática, 1996, pp. 101–132.

<sup>291</sup> Idem, pp. 101–132.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 103.

Segundo ele, há um consenso entre historiadores literários de que o saber literário é circunscrito. A partir de seu estudo empírico de literatura (EEL), ele sugere posições epistemológicas. Afirmar que o saber literário é circunscrito significa que o fenômeno literário é histórico-cultural. Sigamos suas sugestões: primeira, deve haver um reconhecimento explícito do princípio de construtividade das histórias literárias; segunda: a literatura se identifica como um sistema social que organiza os processos literários. A história literária deveria ser orientada por síndromes agente-texto-contexto, em vez de obras de arte literária autônomas. O agente é um indivíduo socializado, que é definido de acordo com necessidades, competência, motivações e interesses. Neste caso, textos literários são tratados em histórias literárias construtivistas como itens relacionados, os modelos para mediar domínios são interdependentes e a construção de modelos de sistemas literários não depende da expectativa de se contar uma história coerente; terceira: as historiografias literárias são consideradas numa teoria da comunicação. Meios de comunicação – dispositivos intersubjetivos – cristalizam convenções que são internalizadas pelos indivíduos durante o processo de socialização. A mídia, ao cristalizar convenções, define a esfera do público em uma sociedade, determina as condições de produção e de recepção, seleciona componente para usufruir ativamente de um meio; quarta: as histórias literárias são orientadas politicamente ou contém implicações políticas.<sup>293</sup>

### 5.2.3. O princípio dialético da historiografia literária

No esboço da trilogia mimética, Paul Ricoeur toma como fio condutor a *mimese II*, que, segundo ele, é o pivô da análise hermenêutica. Considerando que seu modelo mimético foi aplicado à narrativa histórica (e também à narrativa ficcional), devemos considerar que a narrativa histórica (e também a narrativa ficcional) é o pivô da análise hermenêutica. Eis porque a *mimese II* é o pivô da análise hermenêutica: porque abre o mundo da composição textual e institui sua leitura interpretante.<sup>294</sup> Isso significa que a *mimese II* é precedida por um estágio da experiência prática e sucedida de uma leitura interpretante, ou seja, antes de ser

---

<sup>293</sup> Idem, pp. 121–126.

<sup>294</sup> *TNI*, p. 86.

escritura foi experiência vivida e enquanto escritura é uma transcendência imanente, aguardando a leitura interpretante.

Abrir o mundo da composição textual significa que, conforme estudamos no terceiro capítulo, toda escritura traz consigo as mutações próprias da composição textual: o fenômeno da fixação (a linguagem como escritura), o fenômeno da autonomia semântica do texto (autor implicado), o fenômeno da dialética do endereço (universalidade do auditório), o fenômeno dos expedientes generativos (obras do discurso: narrativa historiográfica, narrativa ficcional) e o fenômeno da dialética do sentido e da referência. De um lado, todas essas mutações são precedidas por um estágio de experiência prática; de outro lado, enquanto memória individual e coletiva, a composição textual revela a historicidade da experiência humana e torna-se, pela leitura, uma comunicação na distância e pela distância.

Instituir sua leitura interpretante significa que, enquanto síntese do heterogêneo, a composição textual está aberta a um número indefinido de leitores e, conseqüentemente, de interpretações. A partir de sua pré-compreensão do mundo e da ação, de suas estruturas inteligíveis, de suas fontes simbólicas e seu caráter temporal, o leitor se encontra diante de um mundo literário, seja pertencente às gerações predecessoras e/ou contemporâneas, sejam conservados em arquivos ou documentos, sejam eles testemunhas de acontecimentos históricos. Este encontro configura o que Paul Ricoeur chama o mundo do texto e o mundo do leitor. Se, de um lado, o mundo do texto é sintagma de sua pré-compreensão narrativa, ou seja, o mundo do texto mantém laços indiretos de derivação da compreensão narrativa pelo ato configuracional dos episódios contados, pela descrição de uma seqüência de ações e experiências feitas por um certo número de personagens – sejam históricos sejam imaginários –, de outro lado, há lacunas na composição textual, que suscitam na leitura um poder-ser, instauram-se a estrutura dialética no processo de interpretação e a dialética da comunicabilidade e da referência.

A partir de Ricoeur... a historiografia literária é o pivô da análise hermenêutica. De um lado, é precedida por um estágio da experiência prática, conforme testemunham os mais diversos ancoradores da historiografia literária. De outro lado, é sucedida de uma leitura e de um recontar a leitura interpretante. Esse caráter de mediação da composição historiográfica literária entre o vivido

anteriormente e o refigurado pela leitura constitui o princípio dialético da historiografia literária. A partir da teoria geral do discurso narrativo ricoeuriano, há uma estrutura narrativa comum entre os modelos reconstrutivista e construtivista: ambos são modelos aplicados para dar inteligibilidade à experiência humana literária. As diferenças que separam um e outro modelos decorrem de seus escopos, como bem escreveu Afrânio Coutinho em sua introdução geral: “*esta obra, A literatura no Brasil, tem por escopo o levantamento da história da literatura brasileira. Seu plano pressupõe uma conceituação e uma metódica.*”<sup>295</sup> Tais modelos apresentam modos diferentes de configurar a historiografia literária, a partir dos ancoradores. Por exemplo: a base do trabalho de Antônio Cândido foram essencialmente os textos e o contexto, a que se juntou apenas o necessário de obras informativas e críticas<sup>296</sup>; a de Afrânio Coutinho foram os estilos das obras; e a de Sigfried J. Schmidt foram as condições presentes em domínios cognitivos. À luz da trilogia mimética ricoeuriana, esses modelos são métodos da configuração textual. São historiografias, e, enquanto tais, pertencem à *mimese II*, ou seja, pertencem ao reino do *como se*.<sup>297</sup>

A mesma pergunta posta à historiografia, no capítulo anterior, pode ser posta aqui: qual é a identidade narrativa da historiografia literária? A identidade narrativa resulta de empréstimos do entrecruzamento da intencionalidade da narrativa histórica e da intencionalidade da narrativa ficcional. Desse entrecruzamento da intencionalidade histórica e da intencionalidade fictícia é que nasce a identidade da historiografia literária.<sup>298</sup>

### 5.3. Identidade de uma historiografia literária brasileira como *dialética da representância*

Qual é a identidade narrativa da historiografia literária? Com essa pergunta, qual é a identidade narrativa da historiografia literária, adentramos no

---

<sup>295</sup> COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955, volume I, Tomo I, p. 15.

<sup>296</sup> CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira – momentos decisivos (1750–1880)*. 10.<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006, p. 12.

<sup>297</sup> *TN I*, p. 101.

<sup>298</sup> *TN III*, pp. 173–177.

plano hermenêutico do discurso epistemológico da historiografia literária. É a transição da composição textual histórica literária (*mimese* II) para a refiguração da experiência cotidiana (*mimese* III), operada pelo ato de leitura.<sup>299</sup>

Pode-se nomear a identidade narrativa da historiografia literária como *categoria da representância*. Trata-se da dialética do Mesmo, do Outro, do Análogo. Todas as grafias históricas literárias dependem da leitura de ancoradores. Pela leitura dos ancoradores, o historiógrafo intui o que poderia ter sido, já que a passadade do passado literário não é observável. A passadade do passado literário é memorável. De um lado, cerceada pelas coerções da prova documentária, a intencionalidade do historiógrafo é reconstruir o passado literário. O historiógrafo está submetido ao que, um dia, foi; porém, ele somente dispõe de documentos, arquivos, testemunhas, memória coletiva e individual e de outros ancoradores. Logo, de outro lado, o imaginário do historiógrafo se serve da consideração do ter-sido para compreender e explicar sua intenção referencial. A realidade do passado literário torna-se a dialética do Mesmo, do Outro, do Análogo. A configuração textual historiográfica literária se apresenta como uma *representância*. A aplicação da categoria *representância* à identidade narrativa da historiografia torna-se possível na medida em que a configuração textual histórica literária brasileira, também ela, visa ser reconstruções do passado literário.

Desde de Ricoeur, a configuração textual de uma historiográfica literária brasileira, enquanto pertence ao campo textual, exerce uma função de mediação. Uma historiografia literária é mediada por três motivos: primeiro, ao fazer mediação entre acontecimentos ou incidentes individuais e uma história considerada como um todo, uma composição textual literária é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração; segundo, composição textual literária compõe juntos fatores tão heterogêneos quanto agentes, fins, meios, interações, circunstâncias, incidentes... constitui a dialética da concordância-discordância e a passagem do paradigmático (o que aconteceu no campo da ação literária) para o sintagmático (configuração textual literária); terceiro, historiografia literária realiza uma síntese do heterogêneo, combinando caracteres temporais próprios de ordem cronológica e de ordem não-cronológica.<sup>300</sup>

---

<sup>299</sup> *TNI*, p. 117.

<sup>300</sup> *Idem*, pp. 103–104.

Decerto, um historiógrafo literário configura em historiografia, primeiro, acontecimentos ou incidentes individuais, segundo, fatores heterogêneos, e, terceiro, dimensões episódicas e configurantes. Assim, entendemos a historiografia literária de Antônio Cândido: primeiro, de uma pluralidade de acontecimentos ocorridos no período de 1750 a 1880, ele extrai um sistema; segundo, compõe juntos autores (conjunto de produtores), público (conjunto de receptores), obras (manifestações literárias), meios de comunicação (um mecanismo transmissor); e, terceiro, realiza uma síntese de caracteres temporais cronológicas (período colonial e período independente) e não-cronológicas (configurantes: literatura como sistema – momentos decisivos da literatura brasileira).

#### **5.4. À guisa de conclusão capitular**

Para Paul Ricoeur, cabe a hermenêutica reconstruir o conjunto das operações pelas quais uma composição textual se eleva da experiência prática vivida para ser dada a um leitor que a recebe.<sup>301</sup> Assim, cabe a uma hermenêutica brasileira reconstruir o conjunto das fases de uma operação historiográfica literária brasileira.

Uma operação historiográfica literária brasileira se dá em três fases: a fase documentária, a fase explicativa/compreensiva, a fase representativa. Na fase documentária, o historiógrafo faz um inventário e armazenagem de fatos do passado literário, recorrendo aos mais diversos ancoradores. Na fase explicativa/compreensiva, o historiógrafo apresenta explicações para a história literária, a partir de seus métodos, seja histórico, seja sociológico, seja estilístico, seja político-histórico, seja periodológico, e muitos outros. A fase explicativa/compreensiva da historiografia literária é, de um lado, a fase comum das disciplinas científicas (intencionalidades epistemológicas), aqui caracterizadas pelos procedimentos explicativos do fenômeno literário. A fase explicativa/compreensiva da historiografia literária é aquela em que se busca decifrar a inteligibilidade da experiência do passado do fenômeno literário. De posse dos ancoradores da historiografia, tais como citamo-los acima, o objeto do

---

<sup>301</sup> Ibidem, p. 86.

historiógrafo é restrito e limitado. A explicação torna-se possível na medida em que o historiógrafo possui um objeto selecionado e na medida em que visa decifrar, por teorias sistemáticas, coerentes e precisas, o fato histórico literário. Nesta fase, há um objeto particular que recebe um tratamento disciplinar. A partir de diversos procedimentos explicativos, o historiador visa a reconstrução do passado literário; na fase representativa, esse esforço para compreender a passividade do fenômeno literário assume forma de *representância*. A fase representativa resulta dessa dialética da distanciação e da apropriação própria da dialética entre o mundo histórico dos ancoradores literários e o mundo do historiógrafo. O percurso do historiógrafo literário repousa, portanto, nessas três fases: a fase dos testemunhos e dos arquivos do fenômeno literário; a fase da dialética entre explicação e compreensão do fenômeno literário; a fase da representação literária.<sup>302</sup>

Cabe a uma reflexão hermenêutica perguntar o que autoriza um historiógrafo literário, quando constrói sua narrativa, a pensar a narrativa historiográfica literária como reconstrução? A reinscrição da experiência vivida continua sendo a especificidade do modo referencial da historiografia. Trata-se da dialética da comunicabilidade e da referencialidade: “*o que é ressignificado pela narrativa é o que já foi pré-significado no nível do agir humano.*”<sup>303</sup> Uma historiografia literária brasileira (configuração textual) deve ser caracterizada, primeiro, por ser um discurso narrativo acerca do fenômeno literário. Enquanto discurso, é dialeticamente sentido e referência; deve ser caracterizada, segundo, por descrever uma série de ações e de experiências vividas por um certo número de personagens sejam reais sejam imaginários, representados em situações cambiantes. Ao ler uma historiografia literária, seguimos este discurso narrativo historiográfico, compreendendo ações, pensamentos e sentimentos apresentados numa estrutura configuracional; deve ser caracterizada, terceiro, por pertencer ao reino do *como se*. Pertencer ao reino do *como se* significa que a inteligibilidade da historiografia literária torna-se possível pela complementariedade entre a intencionalidade histórica e a intencionalidade fictícia. De um lado, não se pode atribuir a uma historiografia literária brasileira uma função puramente científica, no sentido de fonte pura de objetividade; de outro lado, não se pode atribuir a

---

<sup>302</sup> MHO, II.

intencionalidade fictícia uma função puramente subjetiva, no sentido de um jogo de imaginação destinada ao prazer. Uma historiografia literária brasileira porta alguma coisa de intencionalidade fictícia, já que o passado do fenômeno literário não é observável, somente memorável. A identidade narrativa de uma historiografia literária brasileira é meio científica meio literária, visto que o *como se* é o ponto de intersecção entre a intencionalidade de uma narrativa histórica e a intencionalidade de uma narrativa fictícia.

---

<sup>303</sup> *TNI*, p. 124.